

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL
A PRESERVAÇÃO DIGITAL EM LONGO PRAZO
DOCUMENTARY HERITAGE
DIGITAL PRESERVATION IN THE LONG-TERM

ANA SUELY PINHO LOPES | Mestranda em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); membro do Grupo de Pesquisa CNPq: GED/A

DANIEL FLORES | Doutor em Ciência da Informação pela UFRJ/Ibict; professor adjunto do Departamento de Documentação da Universidade Federal de Santa Maria.

RESUMO

A revolução tecnológica fez surgir o documento arquivístico digital, reconhecido como patrimônio documental, e ameaçado pelas frequentes mudanças tecnológicas. Este artigo tem por objetivo destacar uma iniciativa de preservação digital. Optou-se por abordar conceitualmente o projeto InterPARES, para aprofundar os conhecimentos e superar os desafios e ameaças aos documentos arquivísticos digitais.

Palavras-chave: patrimônio documental; documento arquivístico digital; preservação digital.

ABSTRACT

The technological revolution brought about the digital archival document, recognized as documentary heritage, threatened by frequent technological changes. This article aims to highlight a digital preservation initiative. We chose to conceptually address the InterPARES project in order to improve knowledge and overcome challenges and threats to digital archival document.

Keywords: documentary heritage; archival digital record; digital preservation.

RESUMEN

La revolución tecnológica provocó el documento de archivo digital, reconocido como patrimonio documental, y amenazado por los cambios tecnológicos frecuentes. Este artículo tiene como objetivo destacar una iniciativa de la preservación digital. Elegimos para abordar conceptualmente el proyecto InterPARES para profundizar el conocimiento e superar los retos y amenazas a los documentos de archivo digitales.

Palabras clave: patrimonio documental; documento de archivo digital; preservación digital.

INTRODUÇÃO

O artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹ reserva o direito à posteridade, de acesso à informação onde quer que ela se encontre armazenada, independente de suporte ou da ferramenta tecnológica, e faz convergência com a recomendação da Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, no sentido de que toda pessoa tem direito à informação independente do tempo, do lugar, da hora e de quem seja.

O volume documental gerado e armazenado em formato digital vem aumentando muito nas últimas décadas. Todavia, as estratégias utilizadas para o armazenamento, o acesso e a preservação destes documentos são instáveis e as tecnologias necessárias para armazená-las, acessá-las e preservá-las superadas tão automaticamente quanto a obsolescência tecnológica e a fragilidade dos suportes. Essa realidade coloca-nos diante de um enorme desafio: o de preservar os registros das ações e dos fatos documentados, seja de instituições públicas ou privadas.

A preservação digital surgiu na segunda metade do século passado e intensificou-se no início deste século, como alternativa à preservação em material impresso, tendo em vista a importância da manutenção da informação para as gerações atuais, no sentido de facilitar a tomada de decisão no dia a dia, como para as futuras gerações. Diversas iniciativas surgem para tratar o problema da preservação digital em função do acesso e guarda em longo prazo.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo destacar uma iniciativa de preservação digital, dentro do contexto arquivístico e tecnológico, aliada ao maior desafio dos últimos tempos no mundo inteiro, que é a preservação em meio digital em longo prazo. O intuito é apresentar abordagens fundamentadas em teorias clássicas e modernas, a título de contribuição com as pesquisas sobre o assunto. Foram pesquisadas definições de autores renomados, iniciativas internacionais e publicações técnico-científicas recentes que tratam da problemática da preservação digital, considerando o patrimônio documental. Num primeiro momento, o artigo discorre sobre o patrimônio digital, à luz do Programa Internacional Memória do Mundo, preocupado com as condições de preservação e acesso ao patrimônio documental. Numa segunda parte, descreve o documento arquivístico digital partindo do conceito de documento e estendendo a sua evolução, de documento arquivístico, de documento digital, para chegar ao conceito do documento arquivístico digital, objeto de estudo deste artigo. Por fim, aborda a preservação digital apresentando o Projeto InterPARES e suas fases, referência mundial na temática.

1 Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (art. XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948).

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Para discorrer sobre patrimônio documental, há que se apresentar o histórico do Programa Internacional Memória do Mundo. Este programa foi criado pela Unesco em 1992, sensibilizada pelas condições precárias de preservação e de acesso ao patrimônio documental em várias partes do mundo. Segundo o programa, devido às guerras e conflitos sociais, e à grande falta de recursos, esses fatores contribuíram para o agravamento dos problemas existentes que se sucedem a vários séculos, causando perda irreparável ou ameaça de extinção para várias coleções (Unesco, 1992).

Esse contexto permite fazer conexões com a questionável preservação digital dos documentos arquivísticos digitais que encontram-se sob a mesma condição de risco, dada a instabilidade tecnológica dos hardwares, softwares e formatos, o que causa preocupação com a preservação da memória digital por longo prazo. Para o Programa Memória do Mundo, o patrimônio documental, como boa parte do patrimônio cultural, registra os fazeres da sociedade: “A memória do mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo, ou seja, seu patrimônio documental, que representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Ela traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura”.

Para uma reflexão abrangente do patrimônio documental, faz-se a análise, à luz dos riscos e ameaças sinalizados pela Unesco que afirma:

Grande parte da memória do mundo se encontra nas bibliotecas, nos arquivos, nos museus e nos locais de custódia espalhados por todo o planeta, e uma grande porcentagem dela corre perigo atualmente. O patrimônio documental de numerosos povos tem se dispersado devido aos “estragos da guerra”, ao deslocamento acidental ou deliberado de acervos arquivísticos e coleções ou a outras circunstâncias históricas. Às vezes, obstáculos práticos ou políticos dificultam o acesso a ele, enquanto em outros casos, deterioração ou destruição são as ameaças.

Diante desta abrangência, não há dúvidas de que o documento que registra e prova uma ação faz parte da história da humanidade, sendo legalmente declarado como um patrimônio cultural.

O Programa Memória do Mundo abrange o “patrimônio documental” da humanidade. No seu contexto, um documento é aquilo que “documenta” ou “registra” algo com um propósito intelectual deliberado. Embora o conceito de documento seja universal, reconhece-se que algumas culturas são mais “documentais” que outras. Assim, pois, por estas e outras razões, nem todas as culturas estarão representadas por igual no patrimônio documental mundial e, portanto, na Memória do Mundo. O patrimônio imaterial e oral, por exemplo, é de competência de outros programas da Unesco.

Mediante esta afirmação, seguem os objetivos voltados para a preservação do patrimônio documental direcionados para o acesso e preservação, itens de maior relevância e

preocupação para as instituições nacionais e internacionais. Nesse sentido, o documento Memória do Mundo: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental (Unesco, 2002, p. 10) apresenta os seguintes principais objetivos do Programa Memória do Mundo: facilitar a preservação do patrimônio documental mundial mediante as técnicas mais adequadas; facilitar o acesso universal ao patrimônio documental; criar uma maior consciência em todo o mundo da existência e importância do patrimônio documental.

Há de se abordar aqui, também, a afirmação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que em sua Declaração Universal sobre os Arquivos (CIA, 2010), diz que os arquivos registram decisões, ações e memórias, constituindo-se um patrimônio único e insubstituível, transmitido de uma geração a outra.

Para concluir esta linha de pensamento, citamos Belloto (2005, p. 282) quando afirma que “a documentação conservada nos arquivos, antes de ser um bem nacional, faz parte do patrimônio cultural comum da humanidade”. Assim, absorve-se a compreensão de que os arquivos desempenham função efetiva na formação e desenvolvimento das sociedades, do povo, da nação, ao contribuir para a composição e salvaguarda da memória tanto individual quanto coletiva.

Diante dessas abordagens, não há como desconhecer as convergências entre patrimônio documental, documento arquivístico digital e preservação digital, uma vez que compõem neste contexto o patrimônio arquivístico digital a ser preservado, considerado um legado para o futuro da nação, assunto que será discorrido a seguir.

DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL

A rápida disseminação da tecnologia digital com alto impacto nas questões arquivísticas registradas desde os anos 1990, tanto em instituições públicas quanto privadas, caracteriza a identificação da identidade arquivística em ambiente digital, em sequência à gestão e à preservação. Esse novo quadro desencadeou uma série de pesquisas no âmbito dos arquivos, enquanto empreendimento das Nações Unidas, tendo como objetivo: “desenvolver diretrizes para a implementação de arquivos eletrônicos e programas de gestão de documentos arquivísticos para uso das organizações das Nações Unidas, levando em consideração arquivos tradicionais e práticas de gestão de documentos (Eastwood, 2002, p. 1 apud Rondinelli, 2011).

Diante desse objetivo, conclui-se que está clara a distinção que as Nações Unidas tinham no reconhecimento entre documento arquivístico e material não arquivístico, conciliando as práticas e a gestão do documento arquivístico no contexto que se define.

Para uma melhor abordagem sobre o documento arquivístico digital, há primeiro que se apresentar definições de documento, documento arquivístico e documento digital no contexto da arquivologia. A começar pela definição de documento, citamos Duranti e Preston (2008, p. 811 apud Rondinelli, 2011), que com base na diplomática definem documento como “uma unidade indivisível de informação, constituída por uma mensagem fixada num suporte (registrada), com uma sintática estável”. Um documento, então, tem forma fixa e

conteúdo estável. Já para a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (Conarq, 2010), documento digital é “um documento codificado em dígitos binários, interpretável por meio de sistema computacional”. Perante os conceitos de documento e de documento digital, consideremos agora o conceito de documento arquivístico, utilizado pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (Conarq, 2010), que o define como “o documento produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer de suas atividades, qualquer que seja o suporte” (Rondinnelli, 2011, p. 226).

Citamos ainda Flores (2014), que afirma que o documento arquivístico oferece ao pesquisador ou cidadão, a *imagem* da identidade ou pessoa. Conclui-se, diante desta ideia, o reforço da relevância do documento arquivístico em relação ao cidadão, atribuindo-o, portanto, um caráter de nacionalidade, um reflexo de cidadania, ou seja, parte do patrimônio documental diante da preservação da memória.

De posse desses conceitos, podemos finalmente apresentar o conceito de documento arquivístico digital, fazendo uso da definição ainda da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (Conarq, 2010), que define documento arquivístico digital como “o documento arquivístico codificado em dígitos binários, produzido, tramitado, e armazenado por sistema computacional”.

Desse modo, o conceito final apresentado é composto pela interseção dos conceitos de documento, documento arquivístico e documento digital.

Uma vez apresentados os conceitos que fizeram atingir a compreensão do documento arquivístico digital, passemos ao próximo item que trata da preservação de documentos arquivísticos digitais.

PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

São várias as iniciativas encontradas sobre preservação digital, tanto em nível internacional quanto nacional. Mas, para efeito deste artigo, optou-se por referenciar o projeto InterPARES, em função de sua relevância nos estudos de preservação digital no país e pelo fato do grande número de citações nas referências pesquisadas, o que chamou a atenção.

Inicialmente, trataremos algumas abordagens sobre o assunto no contexto arquivístico e, posteriormente, discutiremos sobre o Projeto InterPARES e suas distintas fases.

Considerando que a preservação digital é uma “função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, conservação, armazenamento e restauração de documentos” (Camargo; Bellotto, 1996), visando manter os documentos em condições de acesso tanto físico quanto intelectual, cabe a análise sobre que documentos devem ser preservados e para que preservar. Ambas as questões representam campos de pesquisa em arquivística que ainda têm muito a ser desvendado, como o processo de avaliação e o acesso aos documentos preservados.

Partindo do pressuposto de que “o arquivo é visto como um lugar em que a memória se torna participante do processo de identidade, como praxe e representação da sociedade da informação” (Barros; Amélia, 2009), daí resulta o papel da arquivística na ciência da informa-

ção, de contribuir com a manutenção da memória, buscando identificar aspectos que fortaleçam a sua formação e o amadurecimento em face da sociedade da informação.

Para tanto, além de gerenciar um serviço de tratamento e recuperação da informação e atender às necessidades de informação do usuário, o arquivista depara-se com um dos maiores desafios dos tempos atuais: o de preservar a memória dos documentos digitais em se tratando de patrimônio documental.

Para Sant'Anna (2001) é responsabilidade dos arquivos adotar medidas preventivas e corretivas objetivando minimizar a ação do tempo sobre o suporte físico da informação, para assegurar sua disponibilidade. A perspectiva arquivística da preservação parte da compreensão dos limites e significados dos documentos (autenticidade, capacidade probatória, integridade das informações, contexto de produção, manutenção etc.), dando ênfase às tarefas que as organizações e instituições arquivísticas que criam e são responsáveis pela guarda permanente desses documentos devem observar para lidar com objetos digitais autênticos. O autor salienta ainda que os especialistas da área que trabalham com informação em formatos digitais estão elaborando normas necessárias para armazenar e compartilhar de maneira adequada esses materiais, assim como buscam a formulação de políticas institucionais de preservação. Para Rondinelli (2002), "os documentos eletrônicos exigem mais, uma vez que são constantemente ameaçados pela fragilidade do suporte e pela obsolescência tecnológica". Porém, também salienta que esta migração aumenta a possibilidade de adulteração, e a garantia da fidedignidade e autenticidade torna-se mais complexa e complicada.

De acordo com Arellano (2004), o aumento da produção de informação em formato digital tem questionado cada vez mais a importância de se ter garantida a sua disponibilização e preservação por longos períodos de tempo. Afirma ainda o autor que para os detentores de acervos digitais é cada vez mais imperiosa a necessidade de contar com mecanismos que garantam a preservação de seus documentos em formato digital. Especificamente, essa preocupação surge das comunidades responsáveis pelas bibliotecas e pelos arquivos, para as quais o desenvolvimento de padrões e de mecanismo legais para lidar com arquivos eletrônicos precisa de estratégias metodológicas bem definidas.

Nesse contexto, vale ressaltar o alerta da Carta do Patrimônio Arquivístico Digital (Conarq, 2004), diante da seguinte preocupação:

Considerando que este patrimônio arquivístico digital se encontra em perigo de desaparecimento e de falta de confiabilidade, e que sua preservação em benefício das gerações atuais e futuras é uma preocupação no mundo inteiro [...] é importante alertar o governo, as instituições públicas e privadas, as instituições de ensino e pesquisa e todos os setores da sociedade brasileira, comprometidos com a inclusão informacional para os seguintes problemas: [...] dependência digital [...] rápida obsolescência da tecnologia digital [...] incapacidade dos atuais sistemas eletrônicos de informação em assegurar a preservação de longo prazo [...] fragilidade intrínseca do armazenamento digital [...] complexidade e custos da preservação digital [...] e multiplicidade de atores envolvidos.

Para completar esta compreensão, cita-se Gracio (2010), que afirma que a preservação digital deve estar inserida nos objetivos institucionais, a partir da formulação de uma política de preservação digital, que contemple aspectos organizacionais, legais e técnicos.

Diante dessas colocações e graças ao despertar pelo interesse na preservação digital no mundo inteiro surge a iniciativa do InterPARES.

O objetivo geral do International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems – InterPARES, elaborado pela Universidade de British Columbia, é identificar métodos que garantam a preservação dos documentos digitais a partir do momento em que estes deixam de interessar à instituição que os criou e passam a assumir um contexto de importância histórico-social (Inarrelli, 2015, p. 180).

Diante de vários desafios, dentre eles garantir a autenticidade e a fidedignidade dos documentos arquivísticos digitais, e ainda considerando a necessidade de desenvolver políticas de preservação em longo prazo dos documentos arquivísticos digitais em todo o mundo, foi iniciado o projeto InterPARES, que está dividido em quatro fases distintas, das quais três serão definidas neste artigo, de caráter concluído, denominadas InterPARES 1, InterPARES 2 e InterPARES 3, que serão discorridas a seguir, com a apresentação do histórico, objetivos e conclusões de cada fase.

INTERPARES 1 E A AUTENCIDADE DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS DE LONGO PRAZO

A primeira fase² do projeto InterPARES 1 foi desenvolvida entre janeiro de 1999 e dezembro de 2001, tendo como objetivo principal a abordagem de questões referentes à preservação da autenticidade de documentos arquivísticos digitais de longo prazo, chamados pelos projetos de documentos arquivísticos digitais inativos, uma vez que estes documentos já haviam cumprido a sua função e estavam preservados por razões administrativas, legais e/ou históricas. O InterPARES 1 contou com a participação de pesquisadores canadenses e de outros países, assegurando, assim, que a pesquisa envolvesse outros contextos jurídicos e administrativos, tornando-se desse modo mais abrangente. As equipes de pesquisa que participaram dessa fase foram a australiana, a canadense, a chinesa, a europeia, a indústria global, a italiana e a norte-americana (Inarrelli, 2015).

Como conclusões sobre o InterPARES 1 (Luciana Duranti apud Inarrelli, 2015), fundamentam-se a importância da pesquisa realizada, a disseminação do conhecimento produzido e a necessidade de continuidade do projeto, tendo em vista as experiências práticas em andamento e o envolvimento de outros países, universidades e instituições interessados nas questões relativas à preservação dos documentos arquivísticos digitais autênticos.

2 Informações sobre o projeto InterPARES 1, disponível em:<http://interpares.org/ip1/ip1_documents.cfm>. Acesso em: 12 dez. 2015.

INTERPARES 2 E OS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS EXPERIENCIAIS, INTERATIVOS E DINÂMICOS

A segunda fase do projeto InterPARES 2 foi desenvolvida entre janeiro de 2002 e dezembro de 2006, tendo como base o projeto da University of British Columbia (UBC) e o próprio projeto InterPARES 1. Esta fase teve como objeto principal, além da continuidade do projeto InterPARES, o desenvolvimento de um referencial teórico e prático, relacionado à preservação do documento arquivístico digital, baseado em experiências práticas e sistemas informatizados experienciais, interativos e dinâmicos relacionados às artes, aos conhecimentos científicos e às instituições governamentais, tendo como meta a preservação e a presunção da autenticidade dos documentos arquivísticos digitais ao longo do tempo, bem como a avaliação dos documentos que devem ser preservados por questões jurídicas, administrativas, sociais e culturais e que não são mais de interesse do produtor.

O projeto InterPARES 2 inicialmente aprofunda-se em duas questões identificadas no projeto InterPARES 1, a saber: a constatação de que a preservação dos documentos arquivísticos digitais inicia-se na produção e que eles podem ser experienciais, interativos e dinâmicos.

Como conclusões do InterPARES 2, fundamentam-se a importância da pesquisa realizada, a disseminação e aplicação do conhecimento produzido e a necessidade de validação dos modelos e diretrizes desenvolvidos em todo o projeto InterPARES 2. Aponta-se também a necessidade da continuidade do projeto em sua terceira fase.

INTERPARES 3 E A CAPACITAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO

A terceira fase do projeto InterPARES 3 foi desenvolvida entre setembro de 2007 e abril de 2012, tendo como base fundamental os estudos desenvolvidos pelo UBC no projeto InterPARES 1 e no projeto InterPARES 2. Esta fase teve como objetivo principal, além dos resultados obtidos pelas duas primeiras fases do projeto (InterPARES 1 e InterPARES 2), capacitar os programas e as instituições arquivísticas públicas e privadas de médio e pequeno porte, responsáveis por documentos arquivísticos digitais que satisfaçam as exigências das partes interessadas e as necessidades da sociedade no tocante à preservação de seu passado.

Diante do exposto, considera-se ainda a resolução n. 43 do Conarq, que trata das estratégias de preservação digital para os repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq), agregando tamanha importância para a evolução da questão da preservação dos documentos arquivísticos digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução tecnológica trouxe uma grande inovação à área da informação, em especial aos arquivos, com a prática incessante da produção dos documentos arquivísticos digitais. Ao mesmo tempo, o desafio da preservação digital em longo prazo é afetado pelas instabilidades tecnológicas. Este desafio consiste em preservar os documentos arquivísticos digitais pelo tempo que se fizer necessário, mantendo-os acessíveis e inter-

pretáveis, considerando as fragilidades e especificidades, e garantindo as características que lhe são peculiares.

Conforme o objetivo proposto, destacou-se, com base em referências bibliográficas, o projeto InterPARES, iniciativa que se tornou referência mundial para projetos de preservação de documentos arquivísticos digitais em longo prazo.

Acredita-se que esta iniciativa, que tem como objetivo identificar métodos que garantam a preservação dos documentos digitais, contribua com subsídios para a superação dos problemas causados pela obsolescência tecnológica e fragilidade dos suportes, despertando nas instituições a atenção e a busca pela implementação de ações que garantam o acesso e a recuperação da informação, bem como que assegurem a preservação do patrimônio arquivístico digital pelo tempo que se fizer necessário.

Ressalta-se que além das iniciativas para preservação de documentos arquivísticos digitais, e de políticas, normativas e procedimentos, conta-se agora com diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e a manutenção dos documentos arquivísticos digitais em suas diversas fases, por meio da resolução que trata das estratégias de preservação digital (a RDC-Arq), o que nos faz crer tratar-se de mais uma solução de preservação dos documentos arquivísticos digitais favorecendo o acesso aos registros informacionais e a garantia da preservação do patrimônio documental pelo tempo que se fizer necessário.

Os resultados mostram um cenário promissor para além das estratégias de preservação digital e apresentam os RDC-Arq, para o arquivamento e manutenção da autenticidade e acesso a longo prazo dos documentos arquivísticos digitais.

Referências bibliográficas

ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Preservação de documentos digitais. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02v33n2.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

BARROS, D. S.; AMELIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. *Transinformação*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 56-61, jan./abr. 2009.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

CAMARGO, A. M.; BELLOTTO, H. L. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). Declaração universal sobre arquivos. Oslo, 2010. Disponível em: <www.ica.org/download.php?id=1484>. Acesso em: 3 jun. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – Conarq (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

_____. Resolução n. 43, de 4 de setembro de 2015. Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – Sinar. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/resol_conarq_39_repositorios.pdf>. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. *Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/diretrizes_presuncao_autenticidade_publicada.pdf>. Acesso em: 16 out. 2014.

_____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *Glossário*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=73&sid=5>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

_____. *Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

FLORES, Daniel. *Preservação digital em arquivos*. Brasília: 2014. 59 slides: color. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/dfloresbr/sinpred-preservao-digital-em-arquivos-07-a-09-maio-2014-prof-dr-daniel-flores-curso-de-arquivologia-da-ufsm-membro-da-ctde-conarq>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

GRACIO, J. C. A. *Um modelo processual de preservação digital para gestão da informação nas IES*. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), São Paulo, Universidade Estadual Paulista, Unesp, Marília, 2010.

INNARELLI, Humberto Celeste. *Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais: proposta de um modelo conceitual*. 2015. 348f. Tese (Doutorado), Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LAMPERT, Sérgio Renato. *Repositório digital para o patrimônio arquivístico documental: subsídio para acesso e preservação do diário de classe*. 2013. 203f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

LEGISLAÇÃO arquivística brasileira. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), 2006. 84p.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos>. Acesso em: 22 abr. 2015.

RONDINELLI, Rosely Curi. *O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária*. 2011. 270f. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

_____. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SANT'ANNA, Marcelo Leone. Os desafios da preservação de documentos públicos digitais. *Revista IP*, v. 3, n. 2, dez. 2001. Disponível em: <<http://informaticapublica.mg.gov.br/revista0302/ip0302santanna.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

SANTOS, V. B.; INARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. *Arquivística: temas contemporâneos*. Brasília: Senac, 2007.

SANTOS, V. S. *Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística*. Brasília: Abarq, 2005.

UNESCO. Programa Internacional Memória do Mundo. 1992. Disponível em: <<http://www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2015.

_____. *Memória do mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2002.

Recebido em 27/7/2015
Aprovado em 21/12/2015